

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA SEGUNDA INTIFADA PELA FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO¹

Ana Gabriela Farah Dotole²

Resumo

Este artigo analisa o processo de reconhecimento e de denominação de uma Segunda Intifada pelas coberturas jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*. Para tanto, é investigada uma amostra de 29 matérias produzidas por esses veículos no início dos protestos, entre maio a outubro de 2000. A partir da adoção dos fundamentos da Análise de Conteúdo (Bardin), buscou-se compreender como os veículos reconheceram a consumação de uma nova Intifada no conflito entre israelenses e palestinos.

Palavras-chave: *Intifada; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; Análise de Conteúdo.*

INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística de conflitos nacionais ou internacionais é um dos principais desafios do jornalismo profissional, seja pelos recursos necessários (humanos e materiais), seja pelo exercício da construção de reportagens que mostrem diferentes perspectivas, histórias das vidas afetadas e a busca pelo conhecimento aprofundado dos fatos. O conflito entre israelenses e palestinos, a partir da fundação do Estado de Israel, em 1948, tem sido um desses desafios.

Este artigo tem a proposta de mostrar como o jornalismo profissional brasileiro ajuda a construir conceitos que se incorporam ao senso comum, ao vocabulário e até mesmo à visão de mundo da audiência. Para tanto, analisamos a cobertura que os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – dois dos mais importantes no país – fizeram

¹ Artigo apresentado ao FIAM-FAAM Centro Universitário como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

² Graduada em Jornalismo pelo FIAM-FAAM Centro Universitário. E-mail: ana_gabi_farah@hotmail.com.

dos eventos entre maio e outubro de 2000 que levaram à chamada segunda Intifada. A questão principal que nos propomos a analisar é *identificar quais foram os elementos presentes no conteúdo jornalístico da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo que levaram à caracterização junto à opinião pública de que uma nova intifada estava em formação*. O objetivo principal aqui é, portanto, verificar de que forma a Folha e o Estadão noticiaram os primeiros meses da Intifada de Al-Aqsa. Buscamos para tanto entender a valoração que esses veículos deram a esse acontecimento, examinar as matérias sobre os confrontos que estavam se iniciando na região e comparar como os jornais chegaram à conclusão de que se tratava de uma nova intifada.

Para entendermos o contexto dos anos 2000, é preciso voltarmos, pelo menos, ao ponto de inflexão mais contemporâneo da questão palestina.

Do final da Primeira Guerra Mundial até o ano de 1947, a região Palestina ficou sob domínio britânico. Com o desfecho da 2^a Grande Guerra, e a consequente morte de milhões de judeus – devido ao Holocausto –, o território então ocupado pela população árabe-palestina foi destinado, pela Grã-Bretanha, à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), a qual teve a missão de resolver o conflito gerado em torno do território pelas populações judia e árabe, que disputavam pela posse do local. A ONU “propôs um plano de partilha da Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe” (OLIC; CANEPA, 2003, p. 83), o qual foi recusado pelo lado palestino. Porém, sem levar em conta a opinião dessa população, o projeto foi concluído, dando início à divisão do território e alimentando ainda mais o conflito entre árabes e judeus.

De acordo com Olic e Canepa (2003): “Se, de um lado, Israel concretizou o sonho acalentado pelos judeus, que desde o início da era cristã almejavam um lar nacional, de outro, mareou o início de um drama de um outro povo, os árabes da Palestina”. Em 14 de maio de 1948 foi promulgada a independência do Estado de Israel, principiando, assim, a diáspora palestina, “quando mais de 700.000 civis palestinos foram expulsos ou escaparam de suas casas, levando, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), à existência hoje de mais de quatro milhões de refugiados palestinos” (LENTIN, 2010, p. 9, tradução nossa). Intitulada de *Nakba* – que significa “catástrofe” na língua árabe –, o dia seguinte à independência ficou conhecido como “a grande tragédia do povo palestino”, sendo uma data de lamúrias para aquela população.

Em relação à escolha do local como possível lar para a população judia, e consequente cenário do conflito, as raízes surgiram no final do século XIX, a partir do

movimento político sionismo, fundado pelo jornalista e judeu austro-húngaro Theodor Herzl, que deu origem à idealização de um estado nacional independente para a população hebraica. Segundo Konzen (2014), “o movimento sionista proporcionou a instauração do Estado de Israel e a consequente Guerra de Independência para os israelitas que, para os árabes, tem o nome de al-Nakbah, que significa ‘o desastre’”.

O sionismo já foi reconhecido e refutado como uma ideologia preconceituosa³ e ainda nos dias atuais é considerado por muitos como uma forma de racismo visto que não se preocupou com a existência do povo palestino na região. A partir das palavras de Herzl no livro *O Estado Judeu*, publicado em 1896, o local onde então era de domínio do povo palestino, teria sido prometido por Deus à população judaica. Segundo Tragtenberg:

Em toda obra de Herzl não há uma só menção sobre a existência dos árabes palestinos. Explica-se quando Herzl sonha com o “Estado Judeu” pensando em localiza-lo em qualquer lugar, Argentina, Canadá ou Uganda. Somente quando redige o último capítulo de seu livro verifica que só a Palestina como espaço do futuro “Estado Judeu” seria capaz de mobilizar emocionalmente as massas judaicas da Europa Central (TRAGTENBERG, 1982).

Por meio da Declaração de Independência do Estado de Israel, assinada pelo líder político sionista David Ben-Gurion, em 1948, foi criado o Estado israelense. Com a ampliação das fronteiras, por meio dos assentamentos, a população israelense conseguiu se firmar no território, aumentando sua densidade ao longo dos anos⁴, e – por meio da imigração – diminuindo a população palestina da região, e aumentando, assim, a frustração árabe. De acordo com Leal e França (2014):

A colonização propiciou a dominação e subtraiu especialmente no Oriente Médio, algumas culturas à teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e a uma ideologia desumanizadora que reprime árabes e muçulmanos e faz com que todo residente da região (palestinos, especialmente) sinta que seu destino está fadado a ser singularmente punitivo (LEAL; FRANÇA, 2014).

³ No ano de 1975, em uma votação da Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução 3379, o Sionismo foi considerado uma forma de racismo: “Determines that zionism is a form of racism and racial discrimination”. Porém, tal Resolução foi anulada em 1991 pela Resolução 4686.

⁴ No ano de 2012, os habitantes israelenses eram cerca de oito milhões de pessoas, sendo que praticamente seis milhões eram judeus, segundo dados do Escritório Central de Estatísticas de Israel.

A fim de se autodeterminarem como nação, o povo palestino utilizou-se da luta como forma de se estabelecerem no cenário mundial. Provocando assim insurreições pela população que acarretaram nas chamadas Intifadas. “Se não fosse a eclosão da intifada (guerra de pedras), sequer seria discutida a existência de um direito do povo palestino, em uma luta anticolonial” (PEREIRA, 2003).

A primeira Intifada teve início em dezembro de 1987, por conta de um incidente envolvendo tropas israelenses e quatro trabalhadores palestinos, os quais foram mortos numa colisão de um caminhão transportado pelos militares. Após a organização da resistência – fortalecida pelo líder palestino Yasser Arafat, por meio da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) –, transcorreu uma série de levantes, que chegaram ao seu final seis anos depois, com os *Acordos de Oslo* – uma série de decisões entre o governo de Israel e o da Palestina (por meio de Yasser Arafat), ocorridos na cidade norueguesa de Oslo, e que contou com a mediação do então presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton. Os acordos previam medidas que satisfizessem ambas as partes.

Após longas discussões, que ocorreram nos anos de 1993 e 1995, os *Acordos de Oslo* foram ignorados, dando início à Segunda Intifada.

Em 28 de setembro de 2000, o líder do Likud (direita israelense), Ariel Sharon, decidiu visitar a Esplanada das Mesquitas cercado de seguranças para reafirmar a soberania israelense sobre a área. O passeio de Sharon pelos locais sagrados do Islã provocou uma onda de protestos com a participação de milhares de palestinos. A data fatídica marcou o início da Segunda Intifada – ou Intifada de Al Aqsa –, o levante palestino contra a ocupação israelense (OLIC; CANEPA, 2003, p. 100).

Com um total de mais de cinco mil mortos, ela terminou quatro anos depois, em 2004 – mesmo ano da morte de Yasser Arafat.

O nome “Intifada” vem do árabe *ittifada*, que significa “rebelião”. Mas além de sua estrutura gramatical, a alcunha vem acompanhada de uma conotação política, associada ao levante palestino. Em decorrência de a Palestina ser reconhecida pela ONU apenas como um “Estado observador não membro”, não existe oficialmente o Estado palestino, assim como sua nação também é proibida de possuir um exército. Por essa razão, todos os conflitos que ocorrem entre a população israelense e a palestina é, em parte, uma guerra civil-militar: entre o exército de Israel e a população civil de palestinos, munidos de pedras e paus – por essa razão, uma das definições de Intifada pode ser “Revolta de Pedras”. É

preciso ressaltar, no entanto, que grupos paramilitares palestinos também são atuantes nos combates, usando armamentos pesados. Entre os mais conhecidos estão os partidos políticos Hamas e Fatah, ambos ativos na região da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. O Hamas é considerado por vários países, entre eles os Estados Unidos, Japão, Israel e estados-membros da União Europeia, como uma organização terrorista.

Em maio de 2018, o conflito Israel-Palestina completou sete décadas de combates bélicos e políticos, resultando em milhares de mortes – apenas entre 2000 e 2014 foram cerca de 8.200 mortos, sendo 7.100 palestinos e 1.100 israelenses (FISHER, 2014). O conflito dos israelenses com os palestinos possui significativos impactos regionais (Oriente Médio) e globais.

Ao longo da trajetória de hostilidade, as duas Intifadas ganharam notoriedade. A Segunda Intifada (2000 a 2005), também nomeada de Intifada Al-Aqsa – em alusão à Mesquita de Al-Aqsa, localizada na cidade de Jerusalém –, teve um total de mais de cinco mil mortos, entre os quais inúmeras crianças (G1, 2006). É justamente a cobertura jornalística desta Segunda Intifada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* que buscamos analisar neste artigo. A escolha dos veículos ocorreu por serem de padrão nacional, possuindo grande circulação⁵ e com um quadro de distintos leitores, os quais apresentam posições ideológicas diferentes – a Folha, com uma linha editorial predominantemente “progressista”; e o Estado, predominantemente conservador.

Por conta de a pesquisa ser do início do século XXI – quando a internet ainda estava se desenvolvendo e o webjornalismo ainda era uma prática em ascensão e como os jornais discutidos acima dispunham de maior desempenho no canal impresso – prevaleceu nesta análise como material empírico a versão impressa das matérias veiculadas no período de maio a outubro de 2000.

Apresentado esse contexto geopolítico e histórico, na próxima seção tratamos sobre os critérios jornalísticos que norteiam a cobertura do jornalismo profissional no Brasil e as relações desses critérios com o conflito.

⁵ De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação Brasil (IVC Brasil) de março de 2019, a *Folha de S. Paulo* liderou a pesquisa de circulação entre os jornais brasileiros, com 332.415 exemplares em fluxo, sendo de amostras impressas e digitais. *O Estado de S. Paulo* ficou em 3º lugar, com 245.022.

CRITÉRIOS PREVALENTES NAS COBERTURAS DA INTIFADAS

No âmbito da cobertura jornalística, as notícias sobre as Intifadas exigem considerações específicas, como pelo fato de ser um acontecimento rotineiro: toda sexta-feira ocorrem manifestações na Cisjordânia contra a atuação dos militares israelenses – muitas vezes os jornais brasileiros optam por não divulgar os episódios. Para o professor Dov Shinar, o “conflito entre Israel e palestinos pediria aprofundamento que a TV não pode fazer”, já que se trata de um acontecimento de alta complexidade, e que não poderia acontecer “com um debate de televisão em 10 minutos. Seria preciso um longo curso” (SHINAR, 2009).

A cobertura se pauta pelos critérios de noticiabilidade, ou seja, divulgando, por exemplo, as ocorrências que possuem mais vítimas ou ações mais violentas, como no caso de maio de 2019, quando o grupo Hamas lançou mais de 200 foguetes da Faixa de Gaza para o território israelense, o qual gerou resposta por parte destes com o bombardeio da região palestina (*FOLHA DE S. PAULO*, 2019).

Há, no entanto, uma falta de notícias que contenham as perspectivas árabes; em alguns casos, ocorrem deturpações nas informações, como nas afirmações: “os árabes palestinos são sempre os ‘inimigos de Israel’, os ‘terroristas’, os ‘homens-bomba’” (GUEDES; DIAS; SOUSA, 2011).

Pensa-se muito pouco do ‘outro lado’ da informação, ao contrário do que a Al Jazira, rede noticiosa baseada no Qatar, faz com as pautas do Oriente Médio – o que a leva, muitas vezes sem o mínimo de fundamento, a ser acusada de cúmplice involuntária do terrorismo (NATALI, 2015, p. 48).

Com uma abordagem equilibrada que tivesse como fonte tanto personalidades israelenses como palestinas, poder-se-ia presumir que o conflito seria melhor entendido pela população brasileira, minimizando assim – ou até mesmo cessando – a estereotipização dos árabes, por exemplo.

A partir de um levantamento no acervo digital da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*, foi pesquisado o termo “Intifada” no período de maio a outubro de 2000. Após a divisão das publicações que se enquadravam como reportagem – e eliminando os textos que pertenciam ao caderno “Editorial” –, foram selecionadas 16 matérias da Folha e 13 do Estadão.

Feita essa definição do *corpus*, seguimos as três etapas previstas pela pesquisadora Laurence Bardin (1977) para o desenvolvimento de uma *análise de conteúdo* desse material jornalístico. Na primeira etapa, foi realizada uma *leitura flutuante*, em que se buscaram os indicadores mais relevantes presentes nas reportagens; num segundo momento, adotou-se como critério investigar a forma que os jornalistas utilizavam o termo “Intifada”; e, por fim, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa do uso da expressão.

ANÁLISE DA COBERTURA DA SEGUNDA INTIFADA

A partir do fim da Primeira Intifada, em 1993, foram iniciados os *Acordos de Oslo*, que nunca chegaram a ser concluídos. Depois de muitos debates e conferências com o intuito de consolidar as disputas entre ambos os lados, uma nova onda de confrontos envolveu o território. No período em que os Acordos eram firmados, foi sugerida, por parte dos líderes de Israel, a instituição do vilarejo de Abu Dis como a nova capital da Palestina. Localizada na província do lado árabe de Jerusalém, o local seria a sede da Autoridade Nacional Palestina (ANP), formalizando assim o Estado que há tanto tempo era almejado pelo povo palestino.

Mas, enquanto um lado impunha a validação do local como uma gênese para a criação de uma nação palestina, os palestinos rejeitavam a medida. Desde seu princípio, a ANP buscou a consolidação da cidade de Jerusalém como a capital dos palestinos, que além de possuir conexões religiosas com a região, ainda exercia valor econômico e político. Jerusalém virou o principal motivo da disputa, levando a novos confrontos na região, os quais resultaram na prisão e morte de dezenas de pessoas.

Com a guerra reiniciada, a promulgação da paz no território foi interrompida, chamando novamente a atenção da mídia estrangeira. Nos veículos brasileiros não foi diferente. Com a agressividade de tais confrontamentos – que até então não haviam sido oficializados por seus líderes como uma nova insurreição –, jornalistas e pesquisadores do conflito começaram a notar semelhanças com a Intifada, que ocorreu entre 1987 e 1993.

No jornal *Folha de S. Paulo*, em uma matéria publicada em 16 de maio de 2000, pelo editor adjunto interino da editoria Mundo, Paulo Daniel Farah, é citada a afinidade de tais embates: “Os confrontos de ontem lembram os tempos da Intifada (revolta popular entre 1987 e 1993) e trazem de volta o espectro da escalada da violência na região” (FARAH, 2000).

Já o jornal *O Estado de S. Paulo* faz essa associação um mês depois, em uma reportagem de 26 de junho: “A propósito, [Yasser] Arafat disse não temer uma ação militar israelense. ‘Nenhuma força pode ameaçar-nos’, ressaltou, lembrando a resistência palestina nos sete anos da chamada intifada – a rebelião palestina nos territórios ocupados” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 2000). Podia-se considerar, assim, que outra Intifada já estava prevista. E que não tardaria a acontecer.

Em 26 de julho, ambos os jornais voltam a citar o termo. Em uma publicação da Folha, novamente assinada pelo jornalista Paulo Daniel, tal combate é apontado como uma possibilidade:

Ressurgimento da Intifada, eclosão de violência nos territórios palestinos, queda do governo israelense, mais um conflito armado na região e suspensão das negociações por até um ano: esses são alguns dos atos possíveis para um drama que pareceria chegar a um desfecho feliz (FARAH, 2000).

No Estadão, a matéria “Região prepara-se para nova Intifada” mostra que o uso da terminologia *nova* consolida o conflito que estava por vir.

Apesar de o segundo veículo ter afirmado a realização de mais um embate, o início da Segunda Intifada, em livros e materiais sobre o conflito Israel-Palestina, só data de setembro de 2000; ou seja, no mês seguinte ao da publicação do Estadão.

Tanto é assim que, na edição do dia 4 de setembro, uma matéria do mesmo veículo trazia o seguinte subtítulo: “Líder [Yasser Arafat] diz que levará Intifada adiante se não tiver cidade [Jerusalém] como capital de um Estado palestino” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 2000). Podendo assim afirmar que o combate não havia sido ainda formalizado pelo líder palestino.

Até o dia 7 de outubro, em todas as publicações da *Folha de S. Paulo* que utilizava o termo “Intifada”, o mesmo sempre era referido como o primeiro embate, sempre o indicando como um “levante popular entre 1987 e 1993”.

No caso da Folha, a consolidação da Segunda Intifada só é feita em 8 de outubro, quando o veículo publica um gráfico seguido da matéria “Frustração gera nova Intifada em territórios palestinos”, assinada por Paulo Daniel Farah.

Assim que a nova Intifada é estabelecida pelo veículo, nota-se uma maior importância dada ao fato. Como exemplo, na edição do mesmo dia, há uma entrevista com o analista político palestino Ghassan Khatib, na época, consultor do canal norte-americano

CNN. O pesquisador expressa a opinião de que o novo conflito não deveria se prolongar por muito tempo, diferente do primeiro (FARAH, 2000).

Nos 16 dias em que foi utilizado o termo “Intifada” nas edições da *Folha de S. Paulo*, os textos de cunho opinativo somavam ao todo nove, sendo: três comentários, dos quais dois de jornalistas da própria *Folha* e um republicado do *The New York Times*; três entrevistas pingue-pongue⁶ e três análises, duas de jornalistas – do *The New York Times* e do jornal britânico *The Independent* – e uma do ensaísta palestino Edward Said.

Em relação ao *O Estado de S. Paulo*, o mesmo termo foi citado em 13 dias, sendo publicadas ao todo cinco análises: três de jornalistas do *The News York Times* (Thomas L. Friedman, Charles S. W. Freeman Jr. e Susan Sachs); um do jornalista Moisés Rabinovici, que foi correspondente no Oriente Médio do Grupo Estado; e um do jornalista Michael Binyon, do jornal britânico *The Times*.

Em ambos os veículos foram utilizados recursos gráficos para auxiliar no esclarecimento do conflito, assim como mapas da região e as bandeiras de Israel e da Palestina, que serviu para distinguir os dois lados.

A Folha, nas 16 edições analisadas, publicou três infográficos que possuíssem alguma relação com o combate. O “A nova Intifada”, de 8 de outubro, contou com um compilado de textos explicando os recentes desdobramentos, e fazendo o uso de uma planta do Estado de Israel, onde é demarcado os principais pontos do combate.

No dia 10 de outubro, é publicado outro infográfico, intitulado “Entenda a crise”, em que é esclarecido em tópicos os principais temas, como o gatilho para a Segunda Intifada, os antecedentes e o evento marcado como “Sábado Negro”, em que houve maior uso da violência.

No dia 14 de outubro, por sua vez, mais um gráfico é divulgado, dessa vez com o nome “A violência na Terra Santa”. O diagrama conta com imagens dos dois líderes – Yasser Arafat e Ehud Barak – seguindo das bandeiras de cada nação, e novamente pontuando os antecedentes e o estopim.

Enquanto isso, nas publicações de *O Estado de S. Paulo*, dois infográficos são divulgados nas edições analisadas, sendo “Escalada da violência”, em 13 de outubro, que conta com dois mapas – da Cisjordânia e da Faixa de Gaza – que auxiliam na compreensão

⁶ Sendo duas de ativistas palestinos, o analista político Ghassan Khatib e o então líder da Intifada, Marwan Barghouti. E uma com o então ministro do Interior e chanceler interino de Israel, Shlomo Bem Ami.

da localização dos conflitos. E “Cerco aos territórios palestinos”, publicado no dia 24 do mesmo mês, que apresenta o seguinte texto:

O governo israelense está avaliando um plano radical para isolar permanentemente as áreas controladas pela Autoridade Palestina, no caso de o processo de paz entrar em colapso. A separação unilateral condenaria os palestinos a viverem em enclaves isolados e poderia intensificar a violência (*O ESTADO DE S. PAULO*, 2000, p. A16).

O que se pode observar é uma maior valorização por parte da *Folha de S. Paulo* para com a opinião de analistas e de pessoas que estavam diretamente ligadas aos combates, distanciando o veículo de um cunho ideológico-partidário com a Intifada e seus protagonistas (Israel e Palestina), e reconhecendo a importância do tema e suas vertentes.

Com a utilização de entrevistas no estilo *ping-pong* e infográficos, a Folha se apresenta com uma maior didática em suas reportagens sobre o início da Segunda Intifada. Proporcionando aos seus leitores por meio de um menor tempo de leitura de suas matérias um maior entendimento do conflito em si. Diferente do Estadão, que possui textos muito mais densos nas suas publicações, com menos gráficos e entrevistas.

Em relação ao posicionamento dos veículos, é notável uma maior utilização de fontes que se enquadravam no ângulo israelense do conflito, o que pode ser relacionado com a história das relações entre Brasil e Israel, em que sempre houve um maior vínculo diplomático entre esse do que com a Palestina⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do termo “Intifada” foi adotado pela *Folha de S. Paulo* e pelo *O Estado de S. Paulo* pela semelhança das ações dos palestinos durante os conflitos de 2000 com os protestos do período de 1987 a 1993, época esta que recebeu a denominação de Intifada, e que após os embates do século XXI, obteve a alcunha de Primeira Intifada, visto que o mais novo confronto foi realizado como um combate complementar ao primeiro, tanto na violência das ações, como nas reivindicações feitas.

Para tanto, pode-se observar que a imprensa antecipou o uso da nomeação “Intifada” (no segundo conflito) antes que os próprios líderes palestinos o fizessem,

⁷ O Brasil só reconheceu a Palestina como Estado em dezembro de 2010, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (EXAME, 2010).

fazendo a associação com o primeiro confronto sem a declaração dos principais autores de tais atos.

Mais *didática*, a Folha recorreu à utilização de infográficos e entrevistas no estilo *pingue-pongue*, que também se mostrou como um importante atributo empregado pelo veículo, auxiliando assim em um maior entendimento das razões da intifada e o que cada lado estava demandando no momento.

Assim como reconhecer a importância das opiniões de pesquisadores, estudiosos ou até mesmo ativistas de ambos os lados é de extrema importância para que não haja pendência para uma ou outra perspectiva.

O que se pode notar é que caso tivesse sido publicado mais análises e comentários, principalmente por parte do Estadão, acredita-se que o conflito seria mais bem entendido pelos leitores.

Caso outros conflitos ou grandes conflagrações venham a ocorrer no futuro, tais atitudes e procedimentos realizados por veículos jornalísticos seriam adequados tanto para a compreensão da longa história do conflito entre Israel e Palestina, assim como para a elucidação das reivindicações de cada lado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

EXAME. Brasil reconhece Palestina com fronteiras de 1967. **Revista Exame**, 3 dez./2010. Brasil. Disponível em: <[https://exame.abril.com.br/brasil/reconhece-palestina-com-fronteiras-de-1967/](https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-reconhece-palestina-com-fronteiras-de-1967/)>. Acesso em: 22 Nov. 2019.

FARAH, Paulo Daniel. Palestinos rejeitam capital em Abu Dis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 80, n. 25.976, 16/05/2000, p. A17.

FARAH, Paulo Daniel. Barak e Arafat enfrentam insatisfação e cenários desastrosos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 80, n. 26.047, 26/07/2000, p. A15.

FARAH, Paulo Daniel. Israel usa força excessiva, diz analista árabe. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 80, n. 26.121, 8/10/ 2000, p. A26.

FISHER, Max. This chart shows every person killed in the Israel-Palestine conflict since 2000. **VOX**. Disponível em: <<https://www.vox.com/2014/7/14/5898581/chart-israel-palestine-conflict-deaths>>. Acesso em: 24 Jun. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Após ataques palestinos, Israel bombardeiam faixa de Gaza. **Folha de S. Paulo**, 04/05/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/apos-ataques-palestinos-israel-bombardeia-faixa-de-gaza.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 13 Out. 2019.

G1. Mais de 4 mil palestinos e 1.080 israelenses mortos na intifada. **G1**, 28/09/2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1289695-5601,00-MAIS+DE+MIL+PALESTINOS+E+ISRAELENSES+MORTOS+NA+INTIFADA.html>>. Acesso em: 11 Set. 2019.

GUEDES, J. V.; DIAS, L.; SOUSA, R. A Mídia Ocidental e os povos Árabes: uma relação de preconceito e generalizações. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, p. 1-15, jun./2011. **Anais eletrônicos...** Brasília: Intercom, 2011.

KONZEN, Carina de A. **Do sionismo à guerra do Yom Kippur**: Uma análise das quatro guerras Israelo-árabes. Monografia: Bacharelado em Relações Internacionais. Lajeado: Centro Universitário UNIVATES, 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/754/1/2014CarinadeAlmeidaKonzen.pdf>>. Acesso em: 11 Out. 2019.

LEAL, J. B. S.; FRANÇA, J. H. A Intifada como luta pela emancipação do subjugo israelense e a inserção no sistema internacional. **Revista de Estudos Internacionais**, Campina Grande, v. 5, 2014.

LENTIN, Ronit. **Co-Memory and Melancholia**: Israelis Memorialising the Palestinian Nakba. Manchester: Manchester University Press, 2010.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

O ESTADO DE S. PAULO. Estado palestino sai em semanas, diz Arafat. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 121, n. 38.968, 26/06/2000, p. A15.

O ESTADO DE S. PAULO. Arafat adverte que Jerusalém está em perigo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 121, n. 39.038, 04/09/2000, p. A11.

O ESTADO DE S. PAULO. Gráfico: Cerco aos territórios palestinos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 121, n. 39.088, 24/10/2000, p. A16.

OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio e a Questão Palestina**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Palestina: Intifada e resistência anticolonial. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 3, 2003.

SHINAR, Dov. Jornalismo de guerra e de paz no Oriente Médio. **Líbero**, v. 12, n. 24, p. 9-20, dez. 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. Dialética do Sionismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 2, n. 22, mar./2003.